

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS – *CAMPUS* BAMBUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

MARIA ERANEIDE MIRANDA DOS SANTOS

“Brejo,Aldeia dos Anapurus”: possibilidades de explorar a história indígena local na sala
de aula

BambuÍ - MG

Ano 2025

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

MARIA ERANEIDE MIRANDA DOS SANTOS

“Brejo, Aldeia dos Anapurus”: possibilidades de explorar a história indígena local na sala de aula

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Bambuí, como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialista em Educação para Relações Étnico-raciais.

Orientador (a): Prof. M^a. Amanda Jardim da Silva Rezende

Bambuí - MG

Ano 2025

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Maria Eraneide Miranda dos Santos

*“Brejo,Aldeia dos Anapurus ”:possibilidades de explorar a história indígena local na sala
de aula*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Bambuí, como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialista em Educação para Relações Étnico-raciais.

Orientador(a):Prof.M^a.Amanda Jardim da Silva Rezende

Aprovado em: ___ / ___ / _____ pela banca examinadora:

Prof. (Orientadora)

Prof;

Prof.

Dedico este trabalho ao povo Anapuru Muypurá, presença ancestral que compõe a história e a identidade de Brejo (MA). Que esta pesquisa, fruto de minha trajetória formativa, contribua para o fortalecimento de uma educação histórica comprometida com a valorização e o reconhecimento dos povos originários de nossa terra.

Catálogo na Fonte Biblioteca IFMG - Campus Bambuí

- S237b Santos, Maria Eraneide Miranda dos.
“Brejo,Aldeia dos Anapurus”: possibilidadesde explorar a história indígena local na sala de aula. / Maria Eraneide Miranda dos Santos. – 2025.
37 f.
Orientadora: Prof.Mª.Amanda Jardim da Silva Rezende.
Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí, MG, Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Educação para as Relações Étnico-Raciais, 2025.
1. História indígena local. 2. Educação para as relações étnico-raciais.
3. Jogos africanos. I. Rezende, Amanda Jardim da Silva. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí, MG. III. Título.
- CDD 306.089

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não seria possível sem o apoio e incentivo de muitas pessoas, às quais expresso minha profunda gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, saúde e perseverança ao longo desta caminhada.

À minha família, pelo amor incondicional, paciência e apoio em todos os momentos. Em especial, à minha mãe que sempre acreditou em mim e me ensinou o valor da educação.

À minha orientadora professora Amanda Jardim e ao professor Rafael Âmbar, pela dedicação, escuta atenta, incentivo constante e pelas contribuições fundamentais ao longo da elaboração deste trabalho. Sou grata pela generosidade com que acompanharam cada etapa da pesquisa.

Aos professores e professoras do curso de Especialização em Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – *Campus Bambuí*, por todo o conhecimento compartilhado e pelas reflexões inspiradoras que ampliaram minha visão crítica. Em especial, agradeço aos professores Luciane, Samira, Johnisson e Raphael, por suas contribuições significativas.

Aos colegas e amigos(as) de jornada acadêmica, pelo companheirismo, pelas trocas de saberes e pelo apoio mútuo, que tornaram esse caminho mais leve e enriquecedor.

Agradeço também ao Lucca, do povo Anapuru Muypurá, pela escuta atenta às minhas dúvidas e pelo generoso compartilhamento de fontes e informações sobre a história e a luta de seu povo.

Por fim, reafirmo minha valorização pela educação pública, gratuita e de qualidade, espaço essencial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

A todos(as) que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado “*Brejo, Aldeia dos Anapurus*”: possibilidades de explorar a História indígena local na sala de aula, é resultado de uma pesquisa voltada à valorização dos saberes locais e à visibilização da presença indígena no município de Brejo (MA), especialmente do povo Anapuru Muypurá. A proposta busca romper com as narrativas tradicionais que silenciam os povos originários, oferecendo ao ensino de História uma abordagem crítica, contextualizada e decolonial. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, de cunho exploratório e interpretativo, com base na análise de fontes históricas, documentais e etnográficas. Também foram utilizados materiais comprometidos com a valorização das narrativas indígenas, disponíveis em plataformas como *Zagaia* e *Os Brasis e Suas Memórias*, que contribuem para o reconhecimento das vozes indígenas na história. O trabalho fundamenta-se teoricamente na Nova História como Peter Burke, (1992), e nos aportes da História Local (Ricardo Oriá, (1995); Bittencourt, (2004), priorizando a aprendizagem significativa. Dialoga ainda com os debates sobre a decolonização do conhecimento e com os estudos da história indígena contemporânea como Quijano (2005); Kayapó, (2019); Boaventura, (2004); e Monteiro, (1995). Como principal resultado, é apresentada uma proposta didática/ sequência voltado ao Ensino Fundamental II, com potencial de diálogo com outras etapas da Educação Básica. A proposta visa inspirar práticas pedagógicas comprometidas com o território, a diversidade e a justiça social, reafirmando que explorar a História Local é um caminho potente para construir uma educação crítica, plural e transformadora.

Palavras-chave: História indígena local. Educação para as relações étnico-raciais. Ensino Fundamental. Decolonialidade. Povo Anapuru Muypurá.

ABSTRACT

The present work, entitled '*Brejo, Aldeia dos Anapurus*': possibilities for exploring local indigenous history in the classroom, is the result of research aimed at valuing local knowledge and highlighting the indigenous presence in the municipality of Brejo (MA), especially the Anapuru Muypurá people. The proposal seeks to break with traditional narratives that silence indigenous peoples, offering a critical, contextualized, and decolonial approach to teaching History. The research adopts a qualitative methodology, exploratory and interpretive in nature, based on the analysis of historical, documentary, and ethnographic sources. Cultural materials committed to valuing indigenous narratives were also used, available on platforms like *Zagaia* and *Os Brasís e Suas Memórias*, which contribute to the recognition of indigenous voices in history. The work is theoretically based on the New History (Peter Burke, (1992), and on the contributions of Local History Ricardo Oriá (1995), Bittencourt (2004), prioritizing meaningful learning. It also engages with debates on the decolonization of knowledge and with studies of contemporary Indigenous history Quijano (2005),; Kayapó, (2019); Boaventura (2004); Monteiro (1995). As a primary result, a didactic guide aimed at Elementary School II was developed, with the potential to engage with other stages of Basic Education. The proposal aims to inspire pedagogical practices committed to territory, diversity, and social justice, reaffirming that exploring Local History is a powerful way to build a critical, plural, and transformative education.

Keywords: Local indigenous history: Education for ethnic-racial relations : Elementary School : Decoloniality: Anapuru Muypurá people.

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:	10
1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	15
2.1. Objetivo geral:.....	15
2.2. Objetivos específicos:.....	15
3. JUSTIFICATIVA	16
DESENVOLVIMENTO PRÁTICO	19
4 . REQUISITOS E PARÂMETROS	19
4. 1. Contextualização do tema/espço/período a qual o produto será aplicado	24
4.2. Apresentação da metodologia de ensino ou da proposta pedagógica a que se vincula o produto:	24
4.3. Apresentação do Material Didático autoral, com conceito e objetivo pedagógico:.....	25
4. 1) Brejo, antes de ser cidade, já era Aldeia	25
4.2) Primeiros contatos , estratégias de resistência e sobrevivência.....	28
4.3)Retomada do protagonismo indígena na atualidade	30
5. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REGISTRO:	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	35

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

1. INTRODUÇÃO

Desde a educação básica tive interesse pela disciplina de História. Durante minha trajetória escolar, o livro didático funcionava como uma espécie de janela que me proporcionava encontros e encantos com outros tempos e culturas. Mas hoje percebo que aquele ensino era centrado em uma narrativa eurocêntrica, baseada na memorização de datas, grandes feitos e conquistas travados por personagens eleitos como importantes, pertencentes a elite branca brasileira, reservando pouco espaço para um olhar crítico que valorizasse a história local.

Atualmente, enquanto docente da Educação Básica licenciada em História, compreendi que devemos tomar a disciplina como construção coletiva, marcada pelas experiências de grupos silenciados e subalternizados, como povos indígenas, povos negros, dentre outros povos e comunidades tradicionais, levando em conta os marcadores de gênero e de classe social. Essa visão dialoga com os princípios da Nova História¹, defendidos por Marc Bloch (1949, p. 55), ao defini-la como a “ciência que estuda as ações dos homens no tempo”. Para o autor, a história deve compreender o ser humano em suas múltiplas dimensões sociais, culturais e econômicas, reconhecendo que todos os sujeitos, e não apenas os grandes personagens, participam da construção histórica. As narrativas decolonias passam a emergir a partir desse cenário, ao romper com a visão tradicional centrada em grandes heróis e fatos políticos, buscando novas formas de interpretação que valorizem a experiência coletiva e o diálogo entre passado e presente. Essa nova perspectiva despertou em mim um interesse pela história da minha cidade, Brejo -Ma, até então ausente em meu repertório escolar.

A pequena cidade de Brejo está localizada na zona do Baixo Parnaíba, a leste do Maranhão, na microrregião de Chapadinha, a cerca de 312 km da capital, São Luís. Segundo dados do IBGE (2022), o município possui aproximadamente 34.120 habitantes, entre os quais

¹ É herdeira da Escola dos Annales, corrente historiográfica francesa do século XX, que renovou os temas, métodos e fontes da História. Segundo Peter Burke, (1992.) representa uma transformação na forma como se estuda o passado. Ela rompe com a história tradicional, que focava em política, grandes heróis e eventos importantes, para dar atenção também à vida cotidiana, cultura, mentalidades e grupos marginalizados. Os historiadores da Nova História usam métodos de outras ciências, como sociologia e antropologia, e valorizam novos temas (como infância, religião popular, corpo, emoções . . .) e novas fontes, como imagens, objetos, músicas e rituais.

se destacam 1.298 famílias residentes no território quilombola Saco² das Almas. Além disso, 44 pessoas se autodeclararam indígenas,³ evidenciando a presença de grupos étnicos historicamente marginalizados no contexto local.

Apesar dessa diversidade sociocultural, observam-se, silêncios ou lacunas históricas percebidas na construção da História Oficial da cidade, visto que, a princípio, as narrativas que remontam a origem da cidade foram produzidas a partir das narrativas de cronistas locais. Ao analisar essas obras, percebe-se que elas apresentam aspectos biográficos nos quais a trajetória de vida dos autores se entrelaça com a história da cidade, do espaço e do meio social em que estão inseridos. É o que ocorre na obra de Roque Pires Macatrão, *Caminhos por onde andei* (2015), que narra sua trajetória desde a infância até a mocidade, e em outra obra de sua autoria, *Casarões do Brejo e outros pontos* (2009). Também encontramos o trabalho de mesma natureza do professor Pedro Portela, *Uma rua do Brejo, terra de Cândido Mendes* (2006). Todas essas obras abordam, ainda que de forma superficial, aspectos históricos, socioeconômicos e políticos da cidade de Brejo (MA).⁴ Embora essas narrativas reconheçam a origem indígena do município, seguem a lógica da história tradicional, apresentando uma abordagem limitada e pouco crítica.

Em *Casarões do Brejo & Outros Pontos* (2009), os povos originários são classificados como “bárbaros tapuias”, e dotados de uma “(...) ferocidade indiscutível, por isso muitos custaram a contactar com a civilização” (Macatrão, 2009, p. 41). Essa suposta “ferocidade” teria, segundo o autor, retardado o projeto colonizador português na região, o que justificaria a chamada “guerra justa”⁵ do governo contra os indígenas, em que foi “ordenada a destruição total desses selvagens, dada sua incomparável barbárie” (Macatrão, 2009, p. 41).

² Dados da Comunicação Pró- índio de São Paulo (2025).. O território quilombola Saco Almas é composto por sete comunidades, distribuídas entre os municípios de Brejo e Buriti, no estado do Maranhão. No município de Brejo, integram o território as comunidades Vila das Almas, Faveira, São Raimundo/Boa Esperança e Criulis/Boca da Mata, enquanto, em Buriti, fazem parte Vila São José, Pitombeira e Santa Cruz .. Disponível em: <[https://cpisp.org.br/saco – das-almas/](https://cpisp.org.br/saco-das-almas/)> Acesso em: 02/ 01/2026.

Ver, VIANA, Keliane da Silva : *A Terra Prometida ainda é promessa: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas.2018. 225f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís* . Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2406>>

³ Sendo 14 residentes na área urbana e 30 na zona rural.

⁴ O professor Pedro Portela ainda utiliza sua rede social Facebook para divulgar registros antigos da cidade e biografias de pessoas do seu meio social .

⁵ Essa expressão era utilizada para legitimar ataques e extermínios de povos que resistiam à ocupação e à escravização, sendo considerados “inimigos da fé” ou “selvagens” a serem “civilizados”. Na realidade, porém, tais guerras foram instrumentos de dominação e violência, que buscaram apagar as formas de resistência e as estratégias de defesa territorial dos povos originários. ANDRADE, Juliana Alves de; Silva, Tarcísio Augusto Alves da (Orgs.). *O Ensino da Temática Indígena: Subsídios didáticos para o estudo das socio diversidades indígenas*. Recife: Edições Rascunhos, 2017. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/08/O-ensino-da-tem%C3%A1tica-ind%C3%ADgena.pdf>> Acesso em: 02/06/2025

Enquanto os indígenas são retratados de forma estereotipada e silenciados nas narrativas históricas, a colonizadora portuguesa Euzébia da Conceição é apresentada como a figura central e “primeira povoadora de Brejo, possuidora de grandes fortunas e muitos escravos” (p.56). Essas perspectivas, porém, carecem de criticidade, pois ignoram os processos de ocupação anteriores e reforça uma narrativa colonial e excludente, que invisibiliza a contribuição e a resistência dos povos indígenas na formação histórica de Brejo.

Em *Uma rua do Brejo, terra de Cândido Mendes* (2006), Portela reconhece a origem indígena do município de Brejo, e sinaliza seu protagonismo ao afirmar que “parece que os Tapuias Anapurus previam tal indiferença com sua cultura e tentaram resistir, o tanto que puderam, à colonização do lugar, “eliminando as primeiras tentativas de aproximação” (Portela, 2006, p. 47).

O autor, ainda manifesta indignação pela tentativa de apagamento da memória indígena materializado na mudança do nome oficial, antes “Brejo dos Anapurus”, que homenageava “nossos silvícolas”. Essa insatisfação é reforçada quando relata que, ao ser questionado sobre a origem do nome “Brejo, de quê?”, respondia ironicamente que vinha da “Terra dos sapos⁶! (...) Brejo de nada, de ninguém! Mas um dia foi dos Anapurus” (Portela, 2006, p. 47).

No entanto, a narrativa do autor também revela uma visão que enquadra os indígenas como personagens pertencentes ao passado, ao afirmar que, “atualmente, além de duas estátuas de aço na entrada da cidade, nada mais restou dos primeiros habitantes. Nem o nome!” (Portela, 2006, p. 47).

Essa perspectiva reforça as tentativas de silenciamento histórico e de apagamento cultural do povo Anapuru, tratando-os como ausentes do presente e desconsiderando suas formas contemporâneas de (r)existência e retomada identitária, pois seguem lutando por visibilidade, reconhecimento e valorização de sua memória coletiva na região.

Dentre os pontos de encontros presentes nas obras dos autores está o elogio à patrimônios materiais locais como o porto quando Portela, (2006, p. 20) e Macatrão (2009, p.144), explicam que a Rua do Porto, atual Rua Duque de Caxias, possuía essa denominação por dar acesso ao antigo Porto da Repartição, principal ponto de entrada e saída de mercadorias e pessoas via rio Parnaíba, durante o auge econômico da cidade. Macatrão (2009, p. 144), após

⁶A palavra “Brejo” vem do português antigo e tem origem no latim “*bregium*” ou “*bragium*”, que significa terreno úmido, alagadiço ou pantanoso. Fonte: CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

descrever a precariedade da estrada, menciona: “A Rua do Porto teve um significado muito grande na minha infância. Primeiramente, porque foi nessa rua que eu nasci (...)”.

Já Portela (2006, p. 20), ao abordar os limites da mesma rua, recorda que ela se estendia “(...) até o Beco do Alberto Preto, assim conhecido por ser o mais afamado alfaiate da rua, que tinha a residência espremida entre a cerca de arame farpado e a propriedade dos herdeiros do senhor Batista”. Além disso, o autor exalta o homenageado que nomeia a via, o Duque de Caxias, reforçando um olhar centrado em figuras ilustres. Esse caráter memorialista, presente nas duas narrativas, embora contribua para preservar lembranças e afetos, revela uma visão nostálgica e pouco crítica do passado, na medida em que privilegia vivências pessoais e personagens consagrados, apagando conflitos e silenciando as vozes indígenas na construção da história de Brejo.

Na perspectiva de Pierre Bourdieu (2006), essa narrativa aproxima-se do conceito de “ilusão biográfica”, o que contribui para compreender como a história oficial de Brejo foi construída a partir das narrativas de sujeitos socialmente legitimados. Nos escritos de Macatrão e Portela, observa-se a centralidade atribuída a figuras consideradas ilustres, geralmente pertencentes às elites políticas, econômicas e religiosas locais, cujas trajetórias pessoais são apresentadas como representativas da história da cidade. Ao narrar o passado com base em suas próprias experiências, memórias e referências, esses autores organizam a história de forma linear e harmoniosa, como se o desenvolvimento do município tivesse ocorrido sem conflitos ou disputas. Esse modo de construção narrativa evidencia a “ilusão biográfica”, na medida em que privilegia vivências individuais e posições sociais específicas, naturalizando relações de poder e silenciando a atuação de sujeitos coletivos, especialmente dos povos indígenas Anapurus, na formação histórica de Brejo.

Esse processo de silenciamento também influenciou o modo como a história local foi ensinada nas poucas escolas da cidade. Na maioria das vezes, os professores acabam reproduzindo o conteúdo informado pelos cronistas, naturalizando narrativas que invisibilizam a importância de outros atores históricos, sem promover questionamentos sobre a atuação de personagens como os indígenas Anapurus na história local. Deixa-se assim, de estimular a reflexão crítica dos alunos sobre como determinados sujeitos se enquadram e são enquadrados em processos históricos.

Em contrapartida, nos últimos anos, algumas escolas tem estimulado o interesse de docentes em abordar a história local de forma mais crítica e contextualizada. Essas ações, ainda que tímidas, representam um passo importante para a promoção do pertencimento e valorização da identidade local dos estudantes, por meio do conhecimento do território em que vivem.

Nesse contexto, enquanto discente, desenvolvi, em parceria e ao final da graduação, o Trabalho de Conclusão de Curso que resultou na cartilha *“Brejo ontem e hoje: um breve passeio pelas ruas de Brejo”*. A cartilha tinha o objetivo de analisar como a identidade local se expressa na nomeação das ruas de Brejo (MA). A pesquisa fundamentada em fontes documentais, imagens, entrevistas e questionários, revelou o predomínio de homenagens a figuras masculinas do cenário nacional, regional e local ligadas ao poder político, econômico e religioso. Mulheres, negros e indígenas ainda permanecem à margem das representações oficiais. A aplicação da proposta em sala de aula possibilitou aos alunos refletirem criticamente sobre essas escolhas e proporem novas denominações com base em suas vivências, fortalecendo a importância da história local como instrumento de formação crítica, participativa e sensível à diversidade de memórias existentes na comunidade.

Segundo Maurício Halbwachs (1990), a memória coletiva é o conjunto de lembranças compartilhadas por um grupo social, que ajuda a construir sua identidade e orientar suas ações. No caso dos povos indígenas, essa memória é preservada por meio de tradições orais (rituais, familiares, patrimoniais) que possuem um lastro histórico, garantindo a transmissão de conhecimentos e vínculos com o território, mesmo diante de processos de colonização e silenciamento. Assim, valorizar essas memórias permite recontar a história de forma plural e crítica, reconhecendo a participação ativa dos indígenas na formação da comunidade e resgatando identidades historicamente invisibilizadas.

Essa experiência despertou em mim, agora enquanto docente, novas inquietações quanto ao silenciamento da presença indígena dos Anapuru Muypurá, visto que foram os primeiros habitantes de Brejo. Assim, buscando problematizar essa ausência e propor uma abordagem diferenciada da que usualmente conduz o ensino de História (notando também a falta de materiais didáticos sobre a história local), eu e alguns colegas/ professores temos recorrido à troca de experiências e à socialização de fontes como forma de incluir os povos indígenas locais nas atividades pedagógicas, sobretudo durante o Abril Indígena. No entanto, a escassez de conteúdos sobre a história indígena local ainda representa um grande desafio, evidenciando a urgência de ampliar e fortalecer práticas educacionais que valorizem essa temática.

Dessa forma, o interesse por essa temática foi recorrente em minha formação na Pós-Graduação em Educação para as Relações Étnico-Raciais, uma vez que, no decorrer das disciplinas, o curso nos possibilita refletir sobre nossa prática enquanto docente ao abordar fundamentos teóricos e metodológicos para o enfrentamento do racismo na escola. Além de

pensar possibilidades para a efetivação do letramento racial, pode repensar o currículo, ao incluir a história local e valorizar as identidades negras e indígenas em sala de aula.

A proposta do produto educacional surge a partir dessas inquietações, assim a Sequência Didática intitulada “*Brejo, Aldeia dos Anapurus: possibilidades de explorar a história indígena local na sala de aula*”, será destinada a auxiliar os professores(as) da educação básica em Brejo (MA), focando especialmente na história dos Anapuru Muypurá. A proposta buscará valorizar a diversidade étnico-racial e a resistência indígena local por meio de práticas pedagógicas, reflexivas e contextualizadas, utilizando a história oral como método para reconhecer memórias e vozes silenciadas pela história oficial. Essa perspectiva permite articular memória e identidade, favorecendo uma aprendizagem histórica significativa, construída no diálogo entre passado e presente em sala de aula.

2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

2.1. Objetivo geral:

Propor a elaboração de um produto educacional, na modalidade Sequência Didática, com enfoque na História Indígena Local do povo Anapuru Muypurá, visando subsidiar a prática docente no ensino do 7º ano do ensino fundamental, no município de Brejo (MA).

2.2. Objetivos específicos:

- Identificar o povo Anapuru Muypurá como habitantes originários do território de Brejo (MA);
- Destacar os impactos da colonização, os processos de resistência, adaptação e negociação do povo Anapuru com os colonizadores na luta por seu território;
- Enfatizar o protagonismo do povo indígena Anapuru Muypurá na contemporaneidade na busca por reconhecimento de sua história e identidade indígena.

3. JUSTIFICATIVA

Sem sombra de dúvida, os povos indígenas são fundamentais para a história do Brasil, pois antes da colonização europeia habitavam o território com grande diversidade de línguas, culturas e costumes que se transformaram ao longo dos tempos e persistem de formas variadas na atualidade.

O historiador e antropólogo John Manuel Monteiro (1995) afirma que o principal desafio ao estudar a História Indígena no Brasil é desconstruir a ideia eurocêntrica de que os povos indígenas desapareceram, já que amplamente são vistos como "atrasados" ou "primitivos" e, portanto, condenados à extinção pelo projeto colonizador. Monteiro não apenas critica essa tese como destaca que ela serviu para justificar a assimilação e o apagamento cultural e defende novas abordagens que reconheçam os indígenas como sujeitos ativos da história, valorizando suas lutas, adaptações e resistência.

Assim, mediante o exposto, a escolha desta temática se deu pela necessidade de explorar a História Indígena da minha cidade sob a perspectiva da História Local. O objetivo é trazer o protagonismo indígena dos Anapuru Muypurá para o contexto escolar, destacando suas formas de organização sociocultural na atualidade e contribuindo para a valorização de sua história e memória.

A História Local⁷, de caráter acadêmico, influenciada pela Escola dos Annales e pelas novas correntes historiográficas do século XX, destaca-se por ultrapassar a função de simples confirmação da História Geral. Ao recorrer aos estudos regionais, procura compreender de que modo os processos históricos se concretizaram em contextos específicos, analisando as experiências vividas pelas populações locais e as estratégias que desenvolveram para enfrentar os desafios do cotidiano.

Marcedo (2017, p. 63) acrescenta que “considerar a História Local enquanto abordagem é pensar no modo de fazer adotado pelo historiador quando circunscreve a maneira como ele se apropria e observa a realidade, focando sua lente no espaço-lugar, uma cidade, uma rua, um bairro, uma cidade”. No campo do ensino de História, a abordagem da história local tem sido amplamente debatida entre historiadores brasileiros. Essa discussão ocorre porque muitos pesquisadores reconhecem o potencial dessa perspectiva para ampliar a

⁷Quando utilizamos o termo *História Local*, estamos nos referindo a um gênero historiográfico específico (disciplina acadêmica, curso ou área de pesquisa) que possui temas, público-alvo e critérios próprios. Já *história local* diz respeito à produção historiográfica, ou quando o termo é usado de forma genérica, como relatos, crônica, memória caracterizado pelo recorte espacial do local como objeto de análise. ver BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

compreensão do processo de aprendizagem histórica, especialmente ao considerar a influência do contexto social em que o aluno e a escola estão inseridos. Nesse sentido, “a história local é entendida aqui como aquela que desenvolve análise de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas”, conforme descrevem Horn e Germinari (2010, p. 118). Dessa forma, a pesquisa em história local não pode ser considerada uma novidade, pois o tema já foi explorado em estudos que enfatizaram, sobretudo, os processos político-administrativos envolvidos na formação dos municípios brasileiros. Segundo Giroux e Simon (1994, p. 99), abordagens desse tipo possuem um importante valor pedagógico, pois permitem que os estudantes tenham contato com “aquelas narrativas, histórias locais e memórias que foram excluídas e marginalizadas nas interpretações dominantes da história”. Assim, o ensino de História torna-se mais inclusivo e crítico, ao dar visibilidade a experiências e vozes tradicionalmente silenciadas.

José Ricardo O. Fernandes (1995) defende o ensino de História Local na Educação Básica como forma de fortalecer a identidade e a cidadania dos alunos. Ao partir das experiências do cotidiano e utilizar fontes da comunidade, a aprendizagem se torna mais significativa e prepara os estudantes para uma atuação consciente na sociedade. O uso da História Local no ensino deve buscar conexões entre experiências individuais e coletivas, sem tratar os contextos locais como isolados. Manique e Proença (1994) afirmam que isso não significa desprezar a História Nacional, mas sim enriquecê-la, contribuindo para uma abordagem mais plural e significativa no ensino de História.

A proposta ,estará alinhada ao Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA)⁸, pois este defende a complementação dos conteúdos nacionais com elementos locais, valorizando a cultura, identidade e diversidade do Maranhão, conforme orientações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (MARANHÃO, 2019).

Acredito que a proposta se tornará necessária na medida em que se compreende que a escola se faz no “chão da escola”, nas atividades cotidianas corriqueiras, sendo um dos principais espaços onde devem ser discutidas questões fundamentais como respeito às diferenças culturais e a luta contra qualquer tipo de preconceito, sendo o racismo o principal deles.

⁸ O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM) é um documento oficial elaborado como parte da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no estado do Maranhão. Ele tem como objetivo orientar o trabalho pedagógico das escolas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, respeitando as especificidades culturais, sociais, históricas e geográficas do território maranhense.

Para tanto, o indígena Edson Kayapó (2019) critica o papel da escola na manutenção de estereótipos e no silenciamento dos saberes indígenas, defendendo uma formação docente que rompa com esse modelo excludente.

As escolas e seus currículos, por sua vez, sutilmente vêm acompanhando a ação genocida do Estado brasileiro, seja no silenciamento desses povos na história e no estudo da História, na transformação de suas culturas em folclore nacional, ou ainda condenando-os a um passado longínquo da história nacional. Os povos indígenas são oportunamente lembrados nas aulas de História que tratam da “descoberta do Brasil”, da montagem do sistema colonial e, eventualmente, em momentos pontuais da recente história brasileira (KAYAPÓ, 2019, p. 58).

A homologação das Leis 11.645/08 e 10.639/03 não garantiu sua efetiva aplicação nas escolas, o que confirma a crítica de Edson Kayapó (2019) sobre como o sistema educacional ainda silencia e marginaliza os saberes indígenas. Assim, o produto educacional buscará romper com esse padrão, promovendo práticas pedagógicas que valorizem as histórias e culturas indígenas e afro-brasileiras. Principalmente no ensino de História Indígena Local na Educação Básica (Ensino Fundamental II), por acreditar que é nesta etapa que se concentram as maiores deficiências no processo de ensino-aprendizagem. Para Circe Bittencourt (2004), isso ocorre porque, o ensino de História nessa fase da vida escolar costuma se basear em conteúdos prontos, sem articulação com a realidade dos alunos, o que compromete o desenvolvimento de uma consciência histórica e crítica. Além disso, é nesse período da escolarização que os estudantes estão em processo de formação identitária e de ampliação da compreensão sobre o passado e o presente, o que reforça a importância de trabalharem com perspectivas plurais e com a valorização das histórias indígenas locais.

A proposta, nesse sentido, propõe-se a contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de compreender o meio em que vivem, reconhecerem suas origens, identidades e valorizar a diversidade étnica e cultural que constitui a sociedade brejense, tornando-se protagonistas na construção do conhecimento histórico e na preservação das memórias locais.

DESENVOLVIMENTO PRÁTICO

4 . REQUISITOS E PARÂMETROS

A proposta de trabalhar a História Local Indígena, com foco no povo Anapuru Muypurá, se apoiará em bases teóricas que valorizam a memória, a identidade e o território. A história local permite aproximar os alunos do tempo passado e de um espaço que é seu próprio lugar, mostrando que os povos indígenas são parte fundamental da história da cidade de Brejo. Para tanto, visando alcançar os objetivos estabelecidos, essa proposta destacará a importância da História Indígena Local para recuperar memórias silenciadas pela História Oficial.

Ainda, a abordagem em que se apoiará a sequência seguirá perspectivas decoloniais, valorizando o diálogo intercultural, as epistemologias indígenas e a diversidade, apontados por Kayapó (2019), como formas de romper com a visão eurocêntrica da História e resistir às imposições da colonialidade.

É importante dizer que a Colonialidade é estabelecida por um poder hegemônico fundamentado em classificações hierarquizadas de poder e de raça/etnia, influenciando diretamente os âmbitos político, social e cultural. Segundo Quijano (2005), a Colonialidade⁹ pode ser entendida como a perpetuação das estruturas de dominação social originadas no período colonial, que permanecem até os dias atuais por meio de hierarquias raciais, culturais e epistêmicas, sustentando o racismo estrutural. Assim, a exclusão de povos indígenas, como os Muypurá, da história local não é algo pontual, mas parte de uma lógica global de dominação que desvaloriza saberes e identidades não europeias. A negação da identidade étnico-racial, cultural e epistêmica dos povos colonizados é uma expressão da colonialidade, não aceitando as diferenças e invisibilizando-as. Essa lógica atua de forma violenta sobre territórios, saberes, corpos e mentes desses sujeitos impedindo, por vezes, a construção de uma consciência crítica (Quijano, 2005). Assim, o mundo colonial, estruturado por relações de dominação que no passado impuseram limites físicos aos colonizados, persiste hoje por meio de mecanismos culturais e materiais de exclusão, e ainda revela um contexto em que:

[...]os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprende a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado - é a pedagogia do oprimido. (FREIRE, 2018, p.30) .

⁹ Considerando a estrutura deste trabalho, não se propõe uma discussão aprofundada sobre o conceito de colonialidade.

Assumir a palavra e desenvolver consciência sobre a realidade histórica significa reconhecer as relações de opressão e dominação presentes no mundo e atuar em busca da emancipação. Para alcançar isso, é fundamental promover debates e reflexões que evidenciem como as culturas negras e indígenas foram historicamente expropriadas e apropriadas (FREIRE, 2018, p.30) .

Nesse direcionamento, Boaventura Santos (2004) defende que o diálogo com os alunos sobre as relações sociais é fundamental para romper com a transmissão do saber tradicional e a hegemonia eurocêntrica. Ao reconhecer que a história das sociedades colonizadas foi marcada pela tensão entre dominadores e dominados, ele propõe que as aulas sejam espaços de reflexão e construção de novos saberes, valorizando perspectivas interculturais e decoloniais.

Catherine Walsh (2009) defende uma pedagogia decolonial que seja crítica, comprometida com os saberes e práticas vividas pelos povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos historicamente marginalizados, visando romper com a lógica eurocêntrica e colonial que ainda estrutura os currículos escolares. Essa pedagogia estaria assentada na participação ativa dos sujeitos colonizados, em abordagens que reconhecem, valorizam seus saberes, vozes e práticas, como as indígenas, em todos os espaços, especialmente na educação.

Nesse contexto, os movimentos indígenas têm ganhado destaque tanto nas lutas políticas quanto no campo teórico, ao reivindicarem o reconhecimento de sua história, cultura e território. Desse modo, os processos de retomadas, protagonizados por eles, se configuram como um movimento de reconstrução e valorização da história, da cultura, da língua e da espiritualidade dos povos indígenas e dimensões que foram interrompidas e silenciadas pelo processo colonial. Trata-se de uma ação política voltada à conquista de direitos territoriais, identitários e de acesso à justiça diante da sociedade não indígena e de suas instituições.

No Maranhão, as alianças e articulações entre os povos em retomada, como o que ocorre entre os Akroá-Gamella, Anapuru Muypurá, Tremembé da Raposa, Tremembé do Engenho e Tupinambá, constituem importantes estratégias de fortalecimento coletivo na luta por justiça, reconhecimento e contra o racismo estrutural. Nesse contexto, o povo Anapuru Muypurá tem se destacado por iniciar um processo de investigação e reconstrução da própria história, “cavacando memórias”¹⁰ e compartilhando-as nas redes sociais como forma de

¹⁰ “Cavacar” é uma palavra usada na lavoura para designar o ato de fazer fendas na terra para semear, em outras palavras, é “abrir um buraco”, que pode ser profundo ou não.

resistência e afirmação de sua identidade, tendo como principal reivindicação o direito à terra, seu território ancestral (Oliveira, 2020, p. 06).

Nesse processo de retomada, Gleydson de Castro Oliveira, conhecido como Lucca Anapuru Muypurá, destaca-se como uma das principais lideranças e ativistas desde 2018. Sua atuação tem sido fundamental na mobilização de comunidades em Brejo, Chapadinha e em toda a região do Baixo Parnaíba, com o objetivo de reconstruir a identidade coletiva e reivindicar os direitos étnicos e territoriais do povo Anapuru Muypurá.

Para o indígena Lucca Anapuru¹¹, esse processo de negação e apagamento identitário começa a se desencadear no século XIX e é usado como instrumento para negação ao direito territorial de seu povo. Em suas palavras: “O território da aldeia Brejo dos Anapurus foi usurpado, posteriormente recebeu o nome Vila do Brejo e atualmente é a cidade de Brejo.” (Muypurá, 2021 p.05).

Em entrevista à agência de comunicação popular Zagaia¹² (2021), Lucca Muypurá, com base em documentos coloniais, como o *Mapa Etno-Histórico* de Curt Nimuendajú, destaca que o povo Anapuru Muypurá¹³ é originário da região Nordeste, ocupando, no século XVI, áreas que atualmente correspondem aos estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

Segundo Felipe Costa Silva (2017, p. 43), no capítulo “Os Índios Anapurus” de seu livro *Matriz de São Bernardo: de capela a santuário*, os Anapuru teriam descido diretamente o rio Parnaíba, fixando-se na região do Baixo Parnaíba, abrangendo áreas que hoje correspondem aos municípios de São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Anapurus e Chapadinha. Conforme o autor, “seu grande reduto, a Nação dos Anapurus, era localizado no lugar denominado Arraial do Brejo, atualmente a cidade de Brejo”.

Sobre o Aldeamento Brejo dos Anapurus, Lucca Muypurá apresenta informações extraídas da Carta de Data e Sesmarias, documento que registra a solicitação e conquista de terras pelos indígenas em 1795, evidenciando um importante marco na luta histórica do povo Anapuru Muypurá por seu território ancestral.

Em 1795, os indígenas conquistaram, por meio de uma Carta de Data e Sesmaria, “três léguas de terras em quadro, fazendo pião no templo daquela povoação, correndo os seus

¹¹ É uma das principais lideranças do povo Anapuru na atualidade.

¹² A Zagaia é uma agência de comunicação popular feita por e para comunicadoras e comunicadores indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais. Site: <https://zagaia.org/a-zagaia/>

¹³ Os Anapuru Muypurá foram citados em documentação histórica e obras do período colonial de diversas formas, a saber: *Anaperu, Amapuru, Anapuru, Muypurá, Muipura e Moipurá*. Anapuru é uma corruptela de Muypurá. É um dos elementos etnológicos mais antigo conhecido dos indígenas do Brasil, a palavra significa “fruta do rio”. Hoje, o povo se autoidentifica com os dois etnônimos: Anapuru Muypurá. Disponível em: <https://zagaia.org/ancias/retomada-anapuru-muypura/>.

lados norte e sul, leste e oeste, e compreendendo-se no de sua demarcação, tudo que se acha dentro das ditas três léguas” na aldeia Brejo dos Anapurus (MELO, 2011, p.62, *APUD MUYPURÁ*, 2021).

A demarcação do território contou com o uso de uma pedra pião, utilizada para demarcar o território do povo ao lado da Igreja Matriz de Brejo (MA), na qual está esculpida a palavra “*ÍNDIOS*”. No entanto, em 1880, quando os indígenas reivindicaram seu direito sobre essas terras, que estavam sendo tomada, foram chamados de “supostos índios” e tiveram seus direitos territoriais violados e negados pelos invasores (MELO, 2011, p. 62; OLIVEIRA, 2020, p. 737).

Assim, o processo de retomada pode ser compreendido como sinônimo de luta por reconhecimento de seu território, cultura e identidade de um povo que foi silenciado, mas que sempre estiveram presente nestes lugares. Atualmente, no município de Brejo, os Anapuru Muypurá vivem nas periferias urbanas, como na comunidade Morro do São João, e também em comunidades rurais. Nesses espaços, enfrentam situações de silenciamento e invisibilização, resultado de um longo processo de negação de sua identidade indígena, embora mantenham viva sua presença, memória e formas próprias de existir e resistir.

Em matéria ao site jornalístico *Nonada* (2024), Lucca Anapuru afirma que a identidade do seu povo está profundamente marcada pela memória de uma origem comum, remontando ao antigo aldeamento de Brejo dos Anapurus. Ele explica que, em sua família, essa ancestralidade é perpetuada por meio de relatos orais transmitidos entre gerações. Um deles narra a história de uma indígena Anapuru que teria sido “pega no laço” nos chapadões onde hoje se situa o povoado Prata, em Chapadinha (MA). Ele acrescenta que sua bisavó indígena, Deuzuila Silva Machado (nascida em 1939, no povoado Bom Jesus), recordava que Chapadinha era então repleta de indígenas Anapuru e aldeias distribuídas por toda a região. A tradição oral também aponta “lugares de índios”, considerados sagrados, onde ainda se encontram vestígios materiais, como cerâmicas e pilões, que reforçam a presença histórica e espiritual do povo na região.

A articulação com outros povos em situação de invisibilidade perante o Estado, bem como as alianças com organizações não indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tem se mostrado uma estratégia eficaz para fortalecer a visibilidade e o reconhecimento

étnico. Ao compartilharem objetivos comuns, esses povos reforçam suas lutas e promovem a união em torno das reivindicações coletivas.¹⁴

Dentre as conquistas do povo Anapuru destacam-se: a inclusão dos indígenas Anapuru que vivem em contextos urbanos no grupo prioritário de vacinação contra a COVID-19 em (2021); o reconhecimento étnico por meio do registro civil (abril de 2022); e, mais recentemente, a aprovação da Lei nº 886/2025, publicada no Diário Oficial¹⁵ em 24 de junho de 2025. A recente outorga dessa lei estabelece a inclusão obrigatória da História e Cultura Anapuru Muypurá nas escolas públicas e privadas do município; também institui o Dia Municipal do Povo Indígena Anapuru Muypurá, a ser celebrado em 19 de setembro; e consolida oficialmente os direitos e a valorização cultural do povo no território local. Além disso, a lei cria mecanismos de incentivo à pesquisa, com apoio fiscal e destinação de verbas públicas, visando estimular estudos sobre a história e a cultura indígena local. Essa lei representa um marco político e simbólico na luta, mas ainda não substitui a demarcação federal de um território tradicional indígena.

Até o momento, o território ancestral dos Anapuru Muypurá não foi oficialmente demarcado, o que dificulta o acesso a direitos específicos e reforça a invisibilidade desse povo, apesar de suas constantes lutas e reivindicações. Nesse contexto, as retomadas étnicas e territoriais se afirmam como estratégias fundamentais de resistência e de reafirmação da identidade indígena, além de instrumentos de pressão e visibilidade para a regularização das terras, envolvendo conflitos, negociações e mobilizações.

Por sua vez, a tese do Marco Temporal¹⁶ dificulta ainda mais a demarcação das terras indígenas, favorecendo invasões e conflitos fundiários e contribuindo para o avanço do agronegócio, da grilagem, do garimpo ilegal e do desmatamento, o que gera impactos ambientais e sociais que afetam não apenas os povos indígenas, mas toda a sociedade.

Desse modo, compreender a história do povo Anapuru Muypurá significa reconhecer tanto as marcas deixadas pelo processo colonial quanto as estratégias de resistência e de reconstrução identitária que atravessam o tempo. Ao evidenciar suas formas de organização e articulação no presente, busca-se romper com silenciamentos históricos e promover uma leitura

¹⁴ Por conta das mobilizações do povo Anapuru Muypurá, o silenciamento histórico vem sendo rompido e isso já aparece nos dados do Censo do IBGE 2022. Em Brejo, 67 pessoas se autodeclararam indígenas, em Chapadinha 35, em Mata Roma 23, em Buriti 14, em São Bernardo 13, em Milagres do Maranhão 7, em Santa Quitéria 6 e em Anapurus 2. A expectativa é que, com o fortalecimento das retomadas, esse número cresça ainda mais nos próximos anos.

¹⁵ (<https://www.diariooficial.famem.org.br>).

¹⁶ É uma tese jurídica que defende que os povos indígenas só teriam direito à demarcação de suas terras se estivessem ocupando esses territórios em 5 de outubro de 1988,

decolonial da história local. Assim, o material pretenderá contribuir para uma prática pedagógica mais crítica e inclusiva, que valorize a presença indígena em Brejo e fortaleça o compromisso da escola com a diversidade, a memória e a justiça histórica.

4. 1. Contextualização do tema/espço/período a qual o produto será aplicado

O produto educacional será elaborado no sentido de contribuir para a produção de materiais que contemplem o ensino de História Local na cidade de Brejo, Maranhão. O Guia *“Brejo, Aldeia dos Anapurus “possibilidades de explorar a História indígena local na sala de aula, estará direcionado especialmente para a temática indígena Anapuru Muypurá, apoia a ação docente e a aproxima dos conteúdos históricos da realidade dos estudantes. Do ponto de vista cronológico, o material contemplará uma abordagem que articulará passado e presente, retomando arcos como o período colonial caracterizado pela ocupação, exploração e resistência indígena até os processos contemporâneos de retomada e afirmação identitária, que vêm ganhando força nas comunidades locais, nos movimentos indígenas e na produção de pesquisas acadêmicas sobre a história indígena no Maranhão.*

O caderno será composto de 01 (uma) sequência didática voltada para os alunos do 7º Ano do Ensino Fundamental. A sequência foi pensada para ser desenvolvida em três partes, com duração de três horas-aulas de 45 minutos cada:

- 1) Brejo, antes de ser cidade, já era Aldeia;
- 2) Primeiros contatos, estratégias de resistência e sobrevivência;
- 3) Retomada do protagonismo indígena na atualidade .

A sequência poderá ser aplicada de forma presencial no âmbito escolar de acordo com a necessidade e planejamento do professor.

O produto educacional será disponibilizado gratuitamente aos professores, tanto em formato digital, por meio do WhatsApp, quanto em versão impressa. Para facilitar o acesso, uma cópia física será deixada em uma gráfica local, onde os interessados poderão realizar a reprodução por conta própria, garantindo maior alcance e autonomia no uso do material.

4.2. Apresentação da metodologia de ensino ou da proposta pedagógica a que se vincula o produto:

De acordo com Fonseca (2003, p. 63), a metodologia de ensino deve ser dinâmica, investigativa e aberta ao uso de diferentes fontes. O professor atua como mediador entre os sujeitos, o mundo e o conhecimento, valorizando as diversas linguagens que expressam

memórias, identidades e relações sociais, culturais e étnicas. Assim, o material pedagógico visará contribuir para a promoção de uma formação crítica e transformadora, atenta as demandas das Leis 10.639/03 e 11.645/08, por meio de atividades que valorizem os saberes dos povos colonizados e rompam com sua invisibilização. O mais importante a destacar é a vontade de levar os discentes a compreenderem os processos de imposição colonial, em nível macro local (Brasil) e fazer essa conexão em nível microlocal (Brejo). Desse modo, a metodologia adotada priorizará a aprendizagem ativa, centrada no estudante como sujeito da construção do conhecimento. As atividades serão organizadas de forma a estimular a análise crítica, o debate, a escuta sensível, a interpretação de fontes históricas (escritas, orais, visuais e culturais) e o desenvolvimento do pensamento histórico.

4.3. Apresentação do Material Didático autoral, com conceito e objetivo pedagógico:

A estrutura do suporte pedagógico será direcionada pelos conceitos de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.96), que a define como “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito.” Para os autores, sua finalidade principal é ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, seja oral ou escrito, possibilitando que ele se comunique de forma mais adequada em diferentes situações sociais. Assim, é possível usar gêneros como entrevistas, narrativas orais e artigos de opinião para desenvolver habilidades linguísticas e críticas dos alunos, promovendo a reflexão sobre a história e os direitos dos povos indígenas.

Mediante o exposto, a seguir é apresentado de forma simplificada como a sequência estará organizada:

4. 1) Brejo, antes de ser cidade, já era Aldeia

ETAPA 1		Resumo das aulas		Componente Curricular :História	Turma: 7º ano aulas de 45 min	Duração: 2
Aula	Título da Aula	Objetivos	Desenvolvimento das Atividades / Metodologias		Recursos e Materiais	Avaliação

1	Diversidade indígena no Brasil: o que sabemos?	<ul style="list-style-type: none"> - Investigar o conhecimento prévio dos alunos sobre os povos indígenas. Desconstruir estereótipos negativos sobre os indígenas - Identificar a diversidade indígena no Brasil, relacionando com o contexto local (Brejo-MA). 	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de conversa inicial, na qual os alunos serão convidados a compartilhar o que sabem sobre os povos indígenas no Brasil. Nesse processo o professor poderá registrando as ideias principais dos alunos no quadro. Este será o ponto de partida para retomada e reflexão crítica nos próximos momentos da aula. - Debate orientado sobre diversidade indígena e visões estereotipadas - com uso de Projetor ou cópias impressas por uma análise de imagens e mapa atual sobre os povos indígenas no Brasil. <p><u>Atividade</u></p> <p>No Caderno do aluno. Com questão problematizadoras sobre o assunto estudado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cópia impressa de mapa da diversidade e indígena (IBGE, ISA ou FUNAI). - Quadro e giz ou pincel. - Caderno do aluno. - Lápis - Projetor (opcional) 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação nas discussões e roda de conversa. - Capacidade de identificar a diversidade indígena no Brasil e desconstruir estereótipos.
2	Brejo, terra dos Anapuru Muypurá: o que a história apagou?	<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir a história do povo Anapuru Muypurá. - Compreender Brejo como território indígena pré-colonial. 	<p>Para adentrar a História Indígena Local de Brejo/MA</p> <p>Questão Problematizadora (escreva no quadro ou projete)</p> <p>que os leve a refletir como é possível uma cidade se desenvolver dentro de um território indígena.,</p> <p>Questionar a presença dos primeiros habitantes(indígena) antes da cidade de Brejo existir.</p> <p>Leitura coletiva de trechos sobre a formação de Brejo e o povo Muypurá (oralmente</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Trechos impressos sobre o povo Anapuru Muypurá. - Quadro e pincel ou giz. - Caderno, lápis. - Projetor (opcional) 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação nas atividades e no debate final. - Capacidade de relacionar a identidade local com a história indígena nacional. - Autoavaliação - Reflexão crítica sobre aprendizagem adquirida

			<p>ou projetada no quadro/slides): Em seguida, será mostrado o mapa do Brasil com destaque para o estado do Maranhão, localizando Brejo no contexto regional. O objetivo é despertar o interesse dos alunos e mostrar que a História Local está conectada a processos históricos mais amplos, ocorrendo de forma integrada no tempo e no espaço.</p> <p>- Atividade Socialização e debate final: o que se aprendeu e o que foi apagado da história oficial.</p> <p><u>2. Ficha de Autoavaliação – Final da Aula 2</u></p> <p>Autoavaliação: Escrita no quadro ou cópias impressas com questões norteadoras. Os alunos serão levados a refletir sobre sua aprendizagem antes e depois do conteúdo abordado. O professor também pode optar para os alunos elaborem um mapa mental.</p> <p>1. _____</p> <p>_____</p>	
--	--	--	--	--

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Terras Indígenas Atlas Geográfico Escolar - IBGE Disponível em :<https://atlascolar.ibge.gov.br/brasil/3031-unidades-de-conservacao-federal/terras-indigenas.html> acesso em; 22 de maio de 2025

Censo 2022: população indígena é quase 1,7 milhão. <https://brasilecola.uol.com.br/noticias/populacao-indigena-brasil-2022/31291089.html>

ANDRADE, Juliana Alves de; Silva, Tarcísio Augusto Alves da (Orgs.). O Ensino da Temática Indígena: Subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife: Edições Rascunhos, 2017. <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/08/O-ensino-da-tem%C3%A1tica-ind%C3%ADgena.pdf>

LAGO, Aderson de Carvalho. Brejo, aldeia dos Anapurus. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1989.

NIMUENDAJÚ, C. Mapa étno-histórico de Curt Nimuendajú. Brasília, DF, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MUYPURÁ, Lucca. Povo Indígena Anapuru Muypurá :Os brasis e suas memórias .<https://osbrasisesuasmemorias.com.br/autores/lucca-anapuru-muypura/Acesso> em 15/05/2025

4.2) Primeiros contatos , estratégias de resistência e sobrevivência

ETAPA 2 :Resumo das aulas		Componente Curricular :História	Turma: 7º ano Duração: 2 aulas de 45 min		
Aula	Título da Aula	Objetivos	Desenvolvimento das Atividades / Metodologias	Recursos e Materiais	Avaliação
3	Primeiros contatos	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender que os primeiros contatos entre os povos indígenas e os colonizadores foram marcados por conflitos, violências e perda de territórios. - Refletir sobre os silenciamentos da história oficial. 	<ul style="list-style-type: none"> -Início com pergunta problematizadora: “O que acontece quando duas culturas muito diferentes se encontram?” - Exibição do 1º ep. <i>Guerras do Brasil. Doc: as guerras da conquista</i> (25min), analisar imagens representando o contato entre indígenas e portugueses. Os alunos serão Orientados a assistirem o <i>Doc</i> . com foco em três pontos que serão problematizadas (podem ser anotadas no, caderno,): expressões usadas, como “guerra de conquista”, “catequese”, “dominação”. A ideia é aprofundar a análise 	<ul style="list-style-type: none"> - Texto sobre impacto da colonização nos povos indígenas. - Imagem ilustrativa do primeiro contato (projetada ou impressa). - Quadro, caderno, lápis. 	Participação, produção escrita e reflexão crítica.

			<p>crítica, além de promover o diálogo com a realidade local e reforçar a ideia de que a colonização foi um processo de conflito e resistência e não um encontro pacífico.</p> <p>- Leitura e interpretação de texto sobre o impacto da colonização e os povos indígenas na região de Brejo-MA.</p> <p>- Atividade orientada: Construção coletiva de uma linha do tempo: antes, durante e depois da colonização em Brejo. O professor pode utilizar quadro.</p> <p>Participação dos Alunos: em grupo eles escreverão na cartolina palavras, fatos ou desenho, para cada fase na linha do tempo.</p> <p>Leitura e Reflexão Final: do que foi produzido e debate sobre a importância de conhecer essa história e as formas de resistência indígena.</p> <p>- Debate: “O que é resistir?”</p>		
4	Estratégias de resistência	<p>- Refletir sobre as múltiplas formas de resistência dos povos originários, passadas e atuais.</p> <p>- Relacionar o contexto local de Brejo com outras experiências indígenas no</p>	<p>- Comparação das resistências indígenas locais com as de outros povos, como os do vídeo.</p> <p>Apresentação sobre os impactos da colonização no povo indígena da região de Brejo-MA.</p> <p>- Atividade orientada: reflexão escrita sobre os silenciamentos da resistência Anapuru na</p>	<p>- Texto impresso: “Quando o silêncio também fala”.</p> <p>- Quadro, caderno, lápis.</p>	Participação, produção escrita e reflexão crítica.

		Brasil. - Refletir sobre os silenciamentos da resistência Anapuru na história oficial.	história oficial. <u>Atividade sugerida: Quem conta a história?</u> <u>1. Produção criativa:</u> Os alunos irão escrever uma carta imaginária como se fossem um guerreiro(a). Anapuru ao seu povo, contando o que está acontecendo em meio aos conflitos coloniais. A ideia é estimular a escrita reflexiva. Nela, eles devem expressar o que aprenderam sobre a diversidade indígena, reconhecer os silenciamentos da história e valorizar os saberes e a resistência do povo Muypurá.		
--	--	---	---	--	--

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

OLIVEIRA, Gleydson de Castro. Cavacando Memórias: narrativas de história de vida de Deuzuila Machado, anciã indígena do povo Anapuru Muypurá do Maranhão. Abatirá – Revista de Ciências Humanas e Linguagens, v. 1, p. 729-740, 2020.

DOCUMENTÁRIO “Brotos Originários”, direção Priscila Aguiar, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N0kB4Xl2owgtete>

HISTÓRIA =A Origem indígena da cidade de Brejo-Ma. Disponível em: <https://youtu.be/KfCopp83GhAY>. Acesso em 12 de janeiro de 2025

carta de Data de seismaria do Povo AnapuruMuypurá. Disponível em: [Muypuráhttps://www.instagram.com/p/C3qqGK7O3L0/?igsh=MW5pcmRpcTM4NDF00Q==](https://www.instagram.com/p/C3qqGK7O3L0/?igsh=MW5pcmRpcTM4NDF00Q==) Acesso em 25 /04/2025

4.3)Retomada do protagonismo indígena na atualidade

ETAPA das aulas	3:Resumo	Componente Curricular :História	Turma: 7º ano Duração: 2 aulas de 45 min
-----------------	----------	---------------------------------	--

Aula	Título da Aula	Objetivos	Desenvolvimento das Atividades / Metodologias	Recursos e Materiais	Avaliação
5	Retomada e protagonismo indígena na atualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o protagonismo indígena contemporâneo na luta por direitos e reconhecimento social. - Conhecer o processo de retomada identitária do povo Anapuru Muypurá. 	<ul style="list-style-type: none"> - Início com vídeo de lideranças indígenas atuais. KRENAK, Ailton. <i>Direitos Indígenas e Meio Ambiente: A vida e obra de Ailton Krenak</i>, 14min.- Após o vídeo, será apresentada uma discussão guiada sobre o tema: Pergunta norteadora: “O que é ser indígena hoje?” - Discussão sobre movimentos de retomada territorial, com foco no povo Anapuru Muypurá e as atuais conquistas importantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vídeo de lideranças indígenas. - Mural coletivo, reportagens, cartolina, papel, canetas. - Materiais para produção escrita ou visual. 	Participação, compreensão das lutas indígenas atuais, Compreensão do conteúdo histórico e cultural.
6	O papel das lideranças indígenas no presente	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar o papel das lideranças indígenas no presente. 	<ul style="list-style-type: none"> Atividade orientada: mini biografias com esquema (nome, povo, ações, enfrentamentos, significado). - Produção de perfis de lideranças: Lucca Anapuru, Sônia Guajajara, Célia Xakriabá, Ailton Krenak. - Apresentação em trio (texto ou cartaz). - Roda de conversa e mural 	<ul style="list-style-type: none"> Textos biográficos preparados ou indicados para pesquisa. Esquema de mini biografia (impresso). 	Participação nas discussões. Clareza e organização na apresentação. Preenchimento do esquema biográfico com clareza e respeito à identidade cultural.

			coletivo: “O que aprendemos com indígenas hoje?”		
--	--	--	--	--	--

Observação: Caso o professor e a escola optem por ampliar a apresentação para a comunidade envolvendo outras turmas, professores e familiares, recomenda-se exibir o mini documentário “Brotos originários”, direção Priscila Aguiar(2022),¹⁷e convidar uma liderança local, como Márcio Saraiva, para enriquecer o momento com trocas de saberes e experiências.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.); PORTELLI, Alessandro (colab.). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183–191.

KRENAK, Ailton. *Ailton Krenak – Discurso na Assembleia Constituinte (cara pintada)*. YouTube, 4 set. 1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TYICw16HAKQ>. Acesso em: 7 Maio de 2025.

MUYPURÁ, LUCCA. Povo Anapuru Muypurá: processo histórico e retomada no Maranhão. de Comunicação Zagaia, 2021. Disponível em: <https://zagaia.org/ancias/retomada-anapuru-muypura/>

MUYPURÁ, Lucca. Povo Indígena Anapuru Muypurá :Os brasis e suas memórias.<https://osbrasisesuasmemorias.com.br/autores/lucca-anapuru-muypura/>Acesso em 15/05/2025

CIMI. Após decisão judicial, criança é registrada como indígena do povo Anapuru Muypurá. Disponível em : <https://cimi.org.br/2022/04/apos-decisao-judicial-crianca-e-registrada-como-indigena-do-povo-anapuru-muypura/> Acesso em : 8 de maio de 2025.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: João Pacheco de Oliveira (Org.) *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

A proposta é construir um material que reúne uma sequência didática com planos de aulas construídas com muito cuidado, utilizando metodologias diferentes como vídeos, perguntas reflexivas, produção escrita, rodas de conversa, imagens e textos que convidam à reflexão. Assim, mais que um roteiro fixo, ele oferecerá sugestões que podem (e devem) ser

¹⁷ Disponível no canal do Youtube <<https://www.youtube.com/watch?v=N0kB4X12owgtete>

adaptadas à realidade de cada turma e professor. Embora pensado para o Ensino Fundamental II, acredito que possa dialogar com outras disciplinas e etapas da Educação Básica. Meu desejo é que esse material possa inspirar mais e mais práticas significativas e trocas entre educadores. E que possamos explorar a História Local de diversas formas.

5. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REGISTRO:

A sugestão é que o processo de avaliação seja realizado de forma contínua e formativa, acompanhando a participação, o interesse e o envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Serão considerados aspectos como a análise de fontes, a participação nas discussões, a realização das atividades práticas, escritas ou orais e o desenvolvimento da reflexão crítica sobre os temas abordados.

O monitoramento poderá acontecer por meio de observações diretas, no decorrer do desenvolvimento das atividades propostas, como roda de conversa, registro das falas, anotações e análise dos materiais produzidos pelos alunos. Além disso, um fator interessante a ser considerado é o incentivo à auto avaliação, permitindo que os próprios alunos reflitam sobre o que aprenderam e como se posicionam diante dos temas trabalhados. Os registros dessas observações poderão ser feitos em cadernos, servindo como instrumento para acompanhar o processo de aprendizagem e realizar possíveis intervenções, ajustes e aprofundamentos ao longo das aulas quando necessário.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, mediante o exposto, a proposta do produto pedagógico surge como uma resposta às demandas contemporâneas por uma educação comprometida com a valorização da diversidade, do respeito às identidades e da superação do racismo estrutural e epistêmico que historicamente silenciou os povos indígenas no Brasil. Ao centrar-se na História Indígena Local, especialmente na trajetória do povo Anapuru Muypurá na região de Brejo (MA), o material reafirmará o compromisso com uma prática educativa fundamentada nos princípios da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), na medida em que a proposta aqui apresentada reconhece a importância da História Local como eixo estruturante de práticas pedagógicas antirracistas. Além disso, possibilita aos estudantes refletirem criticamente sobre os processos de apagamento, resistência e retomada, fortalecendo uma educação pautada na justiça social, no reconhecimento das diferenças e na valorização dos saberes indígenas.

O desenvolvimento desta proposta visará promover uma reflexão sobre o quanto a escola, enquanto espaço formativo, tem papel fundamental na desconstrução das narrativas

coloniais que ainda insistem em invisibilizar os povos indígenas, retratando-os como figuras do passado. Ao contrário, o material buscará evidenciar que os povos indígenas seguem vivos, em luta pela garantia de seus direitos, pela preservação de seus territórios, línguas, memórias e culturas.

Por fim, que a proposta desse material sirva como um incentivo para mais pesquisas, mais aprendizados e mais práticas que ajudem a construir uma educação mais justa, inclusiva e que valorize todas as culturas.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. A invisibilidade dos povos indígenas do Nordeste. Diário do Nordeste, 23 de maio de 2023. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/a-invisibilidade-dos-povos-indigenas-do-nordeste-1.3372122>> Acesso em: 01/12/2024.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Secretários de Educação; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/pcn-historia-geografia.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.); PORTELLI, Alessandro (colab.). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183–191.

BREJO(MA) In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, v.15. p.86-87. Disponível em: <https://biblioteca./livros/liv27295-15.pdf>. Acesso em 7 nov.2024.

CIMI. Após decisão judicial, criança é registrada como indígena do povo Anapuru Muypurá. Disponível em : <https://cimi.org.br/2022/04/apos-decisao-judicial-crianca-e-registrada-como-indigena-do-povo-anapuru-muypura/> Acesso em : 8 de maio de 2025.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. E Org. de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

FILHO, Henyo Trindade Barretto. Zé Zabel Perna-de-Pau: perspectiva histórico-antropológica sobre uma tradição oral tapeba.

FONSECA. Selva Guimarães. A Incorporação de Diferentes Fontes e Experiências, reflexões aprendizados. Campinas, SP: Paperus. 2003, p. 163-241.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GOBBI, Izabel. O que os livros didáticos dizem sobre povos indígenas? In: TASSINARI, Antonella; GRANDO, Beleni; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre (Orgs). Educação indígena: reflexões sobre noções afetivas de infância, aprendizagem e escolarização. Florianópolis: Ed: da UFSC, 2012.

GOMES, A. Memória e patrimônio cultural dos povos indígenas: Uma introdução ao estudo da temática indígena. In: Juliana Alves de Andrade; Tarcísio Augusto Alves da Silva (Orgs.).

O Ensino da Temática Indígena: Subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife: Edições Rascunhos, 2017. <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/08/O-ensino-da-tem%C3%A1tica-ind%C3%ADgena.pdf>

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.V. 15. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=227295&view=detalhes> acesso em 12/03/2022. <https://nepi.ufsc.br/files/2013/11/educacao-indigena-final.pdf>

LAGO, Aderson de Carvalho. Brejo, aldeia dos Anapurus. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1989.

LIMA, Idelsuite de Sousa. . 2013. Disponível em:. Acesso em: 12 de novembro de 2024

MARANHÃO, Secretaria de Educação & Brejo, Secretaria Municipal de Educação. Brejo, Terra dos Anapurus. São Luís: 1989.

MANIQUE, A. P. PROENÇA, M. C. A história local e a sua didática: relação história local/história nacional. In.: MANIQUE, A. P. PROENÇA, M. C. Didática da história: patrimônio e história local. Lisboa: Texto, 1994.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, História e Sujeito: substratos da identidade. in. Revista História Ora. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, v.3, p.109-116, 2000.

MARANHÃO. Documento Curricular do Território Maranhense: Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. São Luís: Comissão Estadual de Currículo do Maranhão, 2019.

MONTEIRO, John. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes,

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). A temática indígena na escola. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995, p. 221-336.

MUYPURÁ, LUCCA. Povo Anapuru Muypurá: processo histórico e retomada no Maranhão. Agencia de Comunicação Zagaia, 2021. Disponível em: <https://zagaia.org/ancias/retomada-anapuru-muypura>

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

OLIVEIRA, Gleydson de Castro. Cavacando Memórias: narrativas de história de vidade Deuzuila Machado, anciã indígena do povo Anapuru Muypurá do Maranhão. Abatirá – Revista de Ciências Humanas e Linguagens, v. 1, p. 729-740, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-823.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. História local e o ensino da História. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. 1.ed. 2ª imp. São Paulo: Editora Scipione, 2005.

SILVA, Luis Carlos Borges da. A importância da História regional e local no Ensino Fundamental. ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 04: História e Educação: sujeitos, saberes e práticas. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/luis_carlos.pdf Acessado em: 15 de Maio de 2025.

TASSINARI, Antonella. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. ILHA, V.10, N.1, 2008. P. 217-242. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2008v10n1p217>

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p.12-41.

DOCUMENTÁRIO “Brotos Originários”, direção Priscila Aguiar, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N0kB4X12owgtete>

HISTÓRIA =A Origem indígena da cidade de Brejo-Ma. Disponível em: <https://youtu.be/KfCopp83GhAY>. Acesso em 12 de janeiro de 2025